

VIOLÊNCIA NA ESCOLA

Concepções e estratégias de enfrentamento

Terezinha de Jesus Monteiro Ferreira

1. VIOLÊNCIA NA ESCOLA

O fenômeno da violência na escola tem sido objeto de estudos e investigações por diversos estudiosos. Vários são os fatores apontados como causas dos conflitos. Fatores institucionais, quando a própria escola ou sistema de ensino possuem elementos que podem influenciar comportamentos de indisciplina; fatores sociais, quando o contexto social de vivência dos estudantes; fatores pessoais, quando o próprio estudante demonstra comportamentos de inabilidade social e dificuldades na convivência social. Neste sentido é que ao falar-se de violência na escola precisa-se contemplá-la na sua multiplicidade de fatores e, na capacidade que os atos possuem de interferências negativas nas relações sociais.

[...] os autores não contemplam apenas a violência física, mas enfatizam a ética e a política, além de se preocuparem em dar visibilidade às “violências simbólicas”. Por exemplo, encontram um nexos entre a violência e a quebra do diálogo, da capacidade de negociação – que é a matéria prima do conhecimento/educação. Assim, violência é todo ato que implica a ruptura de um nexos social pelo uso da força. Nega-se, assim, a possibilidade de relação social que se instala pela comunicação, pelo uso da palavra, pelo diálogo e pelo conflito (ABRAMOVAY; AVANCINI, 2003, p.9).

Neste sentido Charlot (2002), salienta que o problema da violência na escola precisa deixar de ser visto apenas como um problema dos alunos, mas também da escola, pois “o que está em jogo é também a capacidade de a escola e seus agentes suportarem e gerarem situações conflituosas, sem esmagar os alunos sob o peso da violência institucional e simbólica”. O autor citado salienta que a violência na escola é difícil de ser definida, pois além de remeter a fenômenos difíceis de serem delimitados, mas desestrutura as “representações sociais que têm valor fundador: aquela da infância (inocência), a da escola (refúgio de paz) e a da própria sociedade, pacificada no regime democrático” (CHARLOT; EMIN, 1997, p.1).

Quanto ao aspecto da tipologia a violência na escola é muito diversa em suas manifestações. Nas pesquisas de Abramovay e Rua (2002) e de Abramovay e Avancini (2003) foi adotada a expressão ‘violências nas escolas’, segundo as autoras para ‘dar conta da pluralidade de dimensões envolvidas no fenômeno da violência’ e para ‘situar o fenômeno não em um sistema institucional, genericamente considerado, pois contempla a especificidade espacial e temporal de cada uma das suas unidades’. Tendo em vista estas considerações as autoras conceituam a violência na escola em dois sentidos:

(1) Intervenção física de um indivíduo ou grupo contra a integridade de outro(s) ou de grupo(s) e também contra si mesmo, abrangendo desde os suicídios, espancamentos de vários tipos, roubos, assaltos e homicídios até a violência no trânsito, (disfarçada sob a denominação de “acidentes”), além das diversas formas de agressão sexual. (2) Formas de violência simbólica (abuso do poder baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade); verbal; e institucional (marginalização, discriminação e práticas de assujeitamento utilizadas por instituições diversas que instrumentalizam estratégias de poder) (ABRAMOVAY; AVANCINI, 2003, p. 15).

Para melhor compreender as causas da violência na escola é importante entendê-las em suas variáveis exógenas e endógenas. Por variáveis exógenas entendem-se as situações externas à escola que interferem no ambiente de aprendizado. As variáveis endógenas referem-se a situações internas da escola que propiciam situações de conflito. O estudo de Abramovay e Ruas sobre o assunto classificam as causas que podem gerar conflitos na escola nas seguintes variáveis:

VARIÁVEIS EXÓGENAS	VARIÁVEIS ENDÓGENAS
<ul style="list-style-type: none"> - Questões de gênero {masculinidade, feminilidade}; - Relações Raciais {racismo, xenofobia}. - Situações familiares {características sociais da família}; - Influência dos meios de comunicação {rádio, TV, revistas, jornais, etc}; - Espaço social da escola {bairro, a sociedade}. 	<ul style="list-style-type: none"> - idade, série ou situação de escolaridade dos estudantes; Regras, disciplinas dos projetos pedagógicos, assim como os impactos dos sistemas de punição; - Comportamentos dos professores em relação aos alunos; - Prática educacional em geral.

O estudo aponta, ainda, que a escola pode constituir-se como espaço vulnerável diante dos diferentes processos contemporâneos como a exclusão social, perda da legitimidade da escola como espaço de transmissão de saberes, atitudes do poder público. Neste sentido é importante a compreensão que a violência na escola decorre de fatores diversos e não pode ser focada apenas na ação individual de determinados atores que fazem parte da escola (professores, estudantes ou servidores). As repercussões da violência escolar atingem todas as dimensões da instituição de ensino.

As situações de violências comprometem o que deveria ser a identidade da escola – lugar de sociabilidade positiva, de aprendizagem de valores éticos e de formação de espíritos críticos, pautados no diálogo, no reconhecimento da diversidade e na herança civilizatória do conhecimento acumulado. Estas mesmas situações repercutem sobre a aprendizagem e qualidade de ensino tanto para aluno como para professores (ABRAMOVAY; RUAS, 300).

Os conflitos existentes no interior da escola devido a situações de egressos, verbais, simbólicas e/ou físicas alteram o ambiente escolar. O clima escolar torna-se pesado, cresce o absenteísmo de professores e alunos, sentimentos de medo e insegurança, dificuldade de concentração na sala de aula, perda de estímulo para o trabalho, irritação de professores e alunos.

Além das consequências subjetivamente estimadas, as violências têm impactos objetivos sobre a qualidade do ensino, na medida em que tendem a provocar uma rotatividade dos professores. Estes procuram se transferir para locais onde

o exercício profissional se mostre mais seguro, possivelmente abrindo lacunas no quadro de docentes das escolas nas quais ocorrem mais violências. Este dado é corroborado pelo discurso de diretores, como se constata a seguir: Eu acho que a violência influencia não só as crianças, os alunos, como a nós, como educadores. A cada dia que passa, a gente fica mais com medo, mais intranquilidade de vir ao colégio (ABRAMOVAY; RUAS, 305).

Diante de tal problema as organizações sociais e poder público buscam desenvolver estratégia de enfrentamentos à violência escolar. As políticas de enfrentamento são diversificadas e buscam responder as necessidades mais urgentes das situações que se apresentam nas escolas. Os programas de enfrentamento à violência na escola podem ser classificados de: Prevenção centrada nos ricos, quando o objetivo é identificar os principais fatores de riscos da criminalidade e implementar métodos preventivos e de combate, assim como de identificar os principais fatores de proteção às situações de violência.

Outros programas caracterizam-se por buscarem conectar ações individuais e, envolvimento da família. São ações de formação, acompanhamento e treinamento dos pais para identificarem situações de risco e, estratégias de intervenções. E, ainda, programas escolares e comunitários, onde a instituição de ensino é o principal espaço para resolução de conflitos. Busca-se, assim, transformar a escola em um espaço de diálogo e convivência. São programas que articulam estratégias de prevenção amplas e, que apostam na participação de todos os membros da comunidade escolar. Nesta direção é que a Secretaria de estado da Educação do estado do Amapá implantou o Programa Educação para a Paz na Rede Estadual de Ensino buscando não só o combate, mas principalmente a prevenção da violência na escola.

2. ESTADO DO AMAPÁ E SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO: BREVE PANORAMA

O Estado do Amapá situa-se no Norte do Brasil, na região denominada de Amazônia Legal¹. O Amapá é limitado pelo Estado do Pará, pela Guiana Francesa, pelo Oceano Atlântico e pelo Suriname. É composto por dezesseis municípios e Macapá é a sua capital. A população amapaense no último senso demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE é de 669.526 (seiscentos e sessenta e nove mil e quinhentas e vinte e seis pessoas), distribuídas nos seguintes municípios:

¹ Amazônia Legal é o nome atribuído pelo governo brasileiro a uma determinada área da Floresta Amazônica, pertencente ao Brasil, e que abrange nove Estados: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e parte dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. A área corresponde a aproximadamente 5.217.423 km², cerca de 61% do território brasileiro.

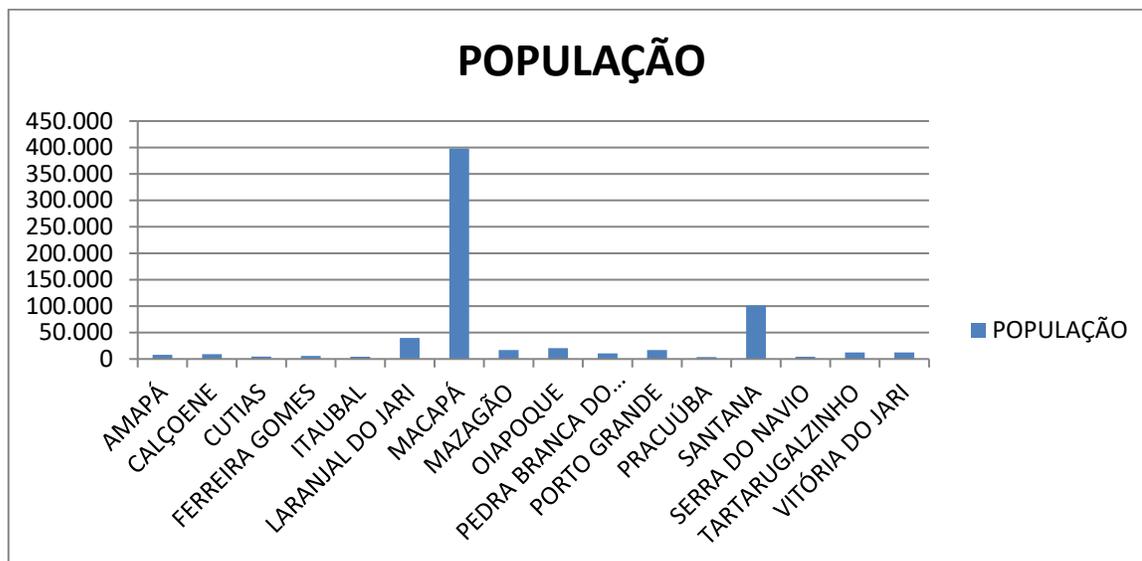


Gráfico 1: População do estado do Amapá por municípios. Fonte: IBGE-2010.

Foi durante o século XVI que se iniciou a ocupação oficial do Território do Amapá, devido aos processos de colonização das Guianas e da própria Amazônia. Oficialmente foi em 1943 que o Governo Federal do Brasil promulgou o Amapá como Território Nacional. Seus primeiros habitantes foram populações indígenas das etnias Waiãpi², Palikur³, pelos povos remanescentes de Quilombos Maracá-Cunani⁴ e tribos indígenas Tucuju⁵. No ano de 1998, quando foi promulgada a Constituição Brasileira, o Território do Amapá foi elevado à categoria de Estado da Federação.

² Waiãpi é o nome utilizado para designar os índios falantes desta língua Tupi que vivem na região delimitada pelos rios Oiapoque, Jari e Araguari, no Amapá. São os mesmos Guaiapi, mencionados na região do baixo rio Xingu, sua área de origem, desde o século XVII.

³ Os Palikur, povo indígena falante de uma língua arawak, são uma das populações que há mais tempo vivem na região ao norte da foz do Amazonas. Sabe-se disso, porque, já na primeira década do século XVI, documentos de viajantes europeus relatavam a presença de uma numerosa sociedade indígena chamada Paricura, localizada na foz de um grande “mar de águas doces”. Esta história antiga significa também que os Palikur estão há tempos em contato com os não índios. Fato este que não se deu sem traumas, pois, até meados do século XX, custou-lhes muitas vidas e a diminuição radical de sua população. Na documentação histórica e em suas narrativas orais, os Palikur são descritos como bravos guerreiros e navegadores, qualidades que, por certo, os ajudaram a sobreviver e estar hoje aqui presentes numa situação de crescente aumento populacional.

⁴ A comunidade quilombola do Cunani está localizada na região norte do Estado do Amapá, distante 374 km da capital (Macapá), com acesso pela BR156, chegando até o Município de Calçoene, mais 52 km de ramal, sendo esta a principal via de acesso. A comunidade foi elevada à condição de distrito do município de Calçoene, através da Lei 3.055, de 1956. Banhada pelo rio Cunani, que desemboca na costa atlântica do Amapá, a vila está geograficamente mais próxima do Município de Oiapoque. No caminho que leva à comunidade, é impossível deixar de perceber as péssimas condições no ramal de acesso. As pontes de madeiras estão apodrecidas e quebradas, colocando em risco os que se atrevem a trafegar por elas. No ramal de terra, formam-se grandes atoleiros que dificultam o tráfico no período das chuvas, e na seca, os buracos tornam o trânsito muito perigoso.

⁵ Etnia indígena que habitava a margem esquerda da foz do rio Amazonas, onde atualmente localizar-se a cidade Macapá capital do estado do Amapá.

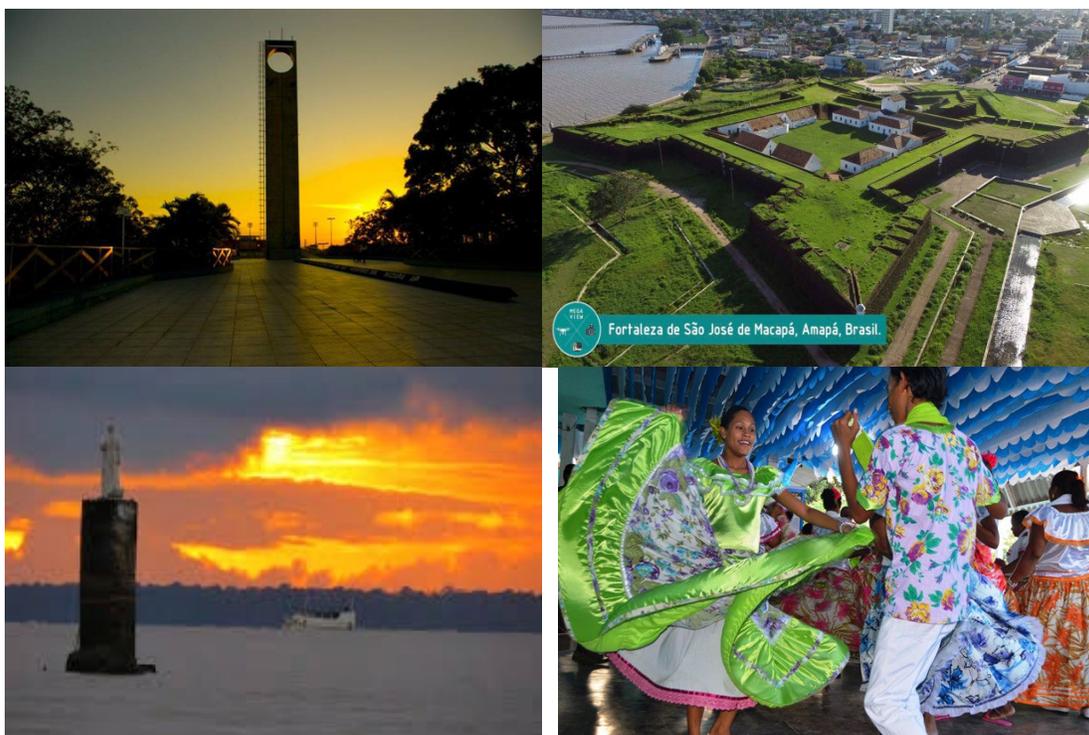


Imagem 1: Conjunto de cenários turísticos e culturais do Estado do Amapá. Em sentido horário, imagem 02: Monumento Meio do Mundo que marca linha do Equador; Imagem 03: Monumento Fortaleza de São José; Imagem 04: Estátua do Padroeiro São José; Imagem 04: Dança do Marabaixo.

A Secretaria de Estado da Educação é a responsável pelo Sistema de Ensino do Estado do Amapá no âmbito do Governo Estadual. A SEED é composta por três secretarias adjuntas: Secretaria Adjunta de Apoio à Gestão; Secretaria Adjunta de Políticas de Educação; Secretaria Adjunta de Gestão de Pessoas. Estas Secretarias Adjuntas coordenam nove Coordenadorias: Coordenadoria de Educação Básica e Educação profissional, Coordenadoria de Educação Específica, Coordenadoria de Desenvolvimento e Normatização de Políticas Educacionais, Coordenadoria de Apoio ao Estudante, Coordenadoria de Recursos Humanos, Coordenadoria de Administração, Coordenadoria de Finanças e Contabilidade, Coordenadoria de Rede Física, Coordenadoria Geo Educacional.

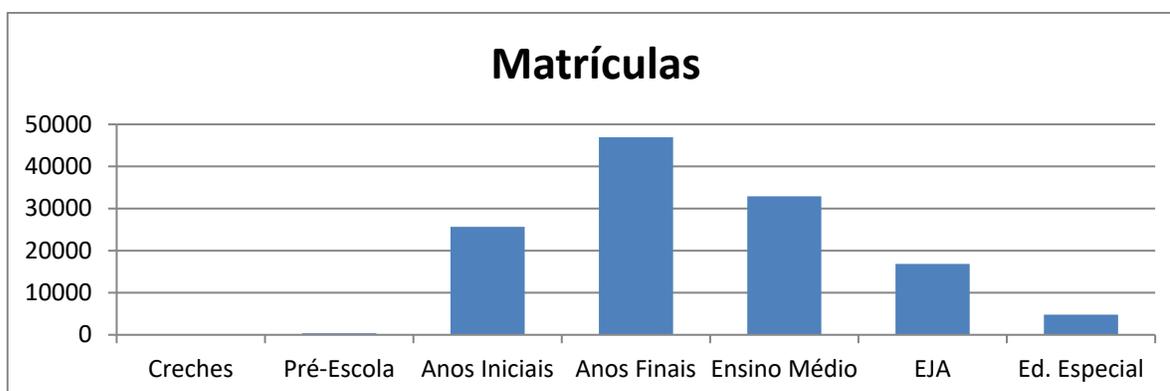


Gráfico 02: De acordo com dados do Censo da Educação 2017/ INEP a Rede Estadual de Ensino do Amapá obteve os seguintes quantitativos de matrículas: Creches = 43; Pré-Escola = 351; Anos Iniciais = 25.664; Anos Finais = 46.926; Ensino Médio = 32.918; Educação de Jovens e Adultos = 16.838; Educação Especial = 4.777 estudantes.

O Ministério da Educação do Brasil a partir do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP – sistematiza dados e indicadores do desenvolvimento da educação de todas as unidades da federação brasileira. O IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica foi criado em 2007, constitui-se em um indicador nacional de monitoramento da qualidade da educação. No IDEB as notas das escolas variam de 0 a 10 e, é calculado a partir da taxa de rendimento escolar ao que diz respeito à aprovação mais as médias de desempenho nos exames aplicados pelo INEP. Para obter os índices de aprovação são extraídos dados do Censo Escolar que é realizado anualmente. As médias de desempenho são obtidas da Prova Brasil para escolas e municípios e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) para os estados e país a cada dois anos.

Além de ser atribuída a nota do IDEB a cada estado, município e escola são atribuídas metas. Estas metas servem para estimular cada um dos entes a desenvolverem políticas de melhoria da educação. O Ministério da Educação objetiva que até 2022 o Brasil atinja 06 pontos no IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A evolução histórica do IDEB do Brasil da rede pública de ensino desde que o indicador vem sendo mensurado é:

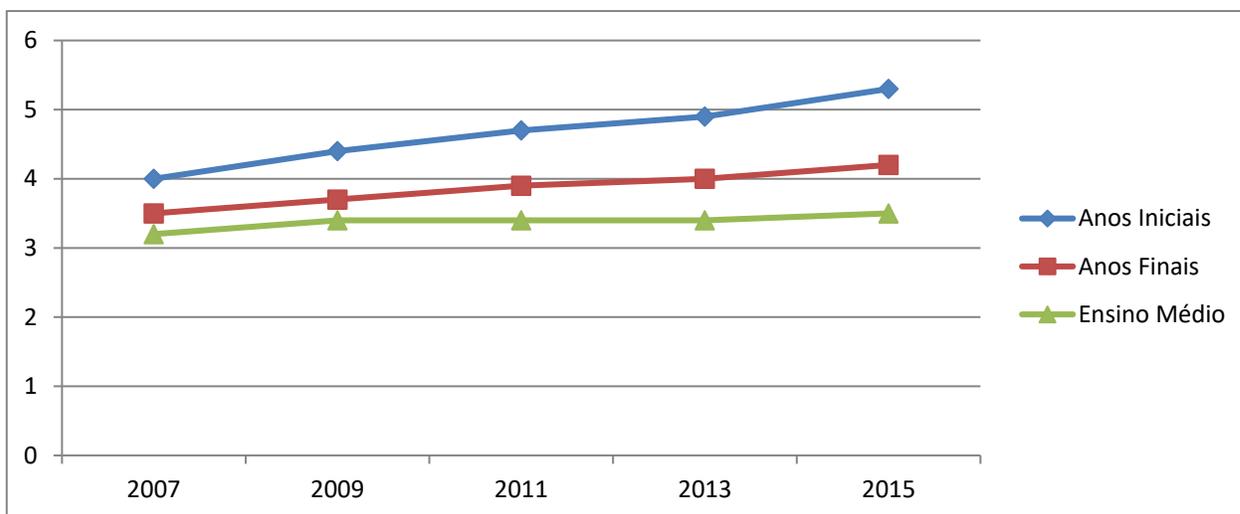


Figura 2: Série Histórica IDEB Brasil. Fonte: INEP/MEC

Quanto aos Indicadores de Desenvolvimento da Educação Básica específicos do Estado do Amapá observa-se, desde que foi iniciado o monitoramento em 2005, que o Estado vem tendo significativa evolução principalmente nos anos iniciais que corresponde do primeiro ao sexto ano do Ensino Fundamental. Ao que se refere ao Ensino Médio observa-se menores notas com oscilações nos indicadores. O gráfico abaixo ilustra a evolução do Estado do Amapá:

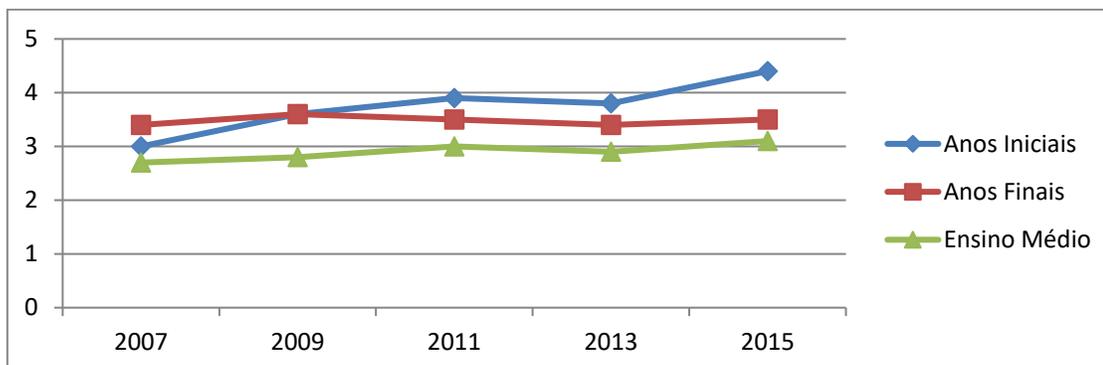


Gráfico 3: Série Histórica IDEB Amapá. Fonte; INEP/MEC

As taxas de rendimento são calculadas anualmente pelo Censo Escolar. As taxas são geradas a partir da quantidade de alunos aprovados, reprovados e que abandonaram a escola ao final do ano letivo sobre informações de movimento e rendimento escolar. Estas referidas taxas geram o Indicador de Rendimento utilizado para cálculo do desenvolvimento da educação básica. No último Censo Escolar, referentes ao ano de 2016, o Estado do Amapá obteve os seguintes indicadores:

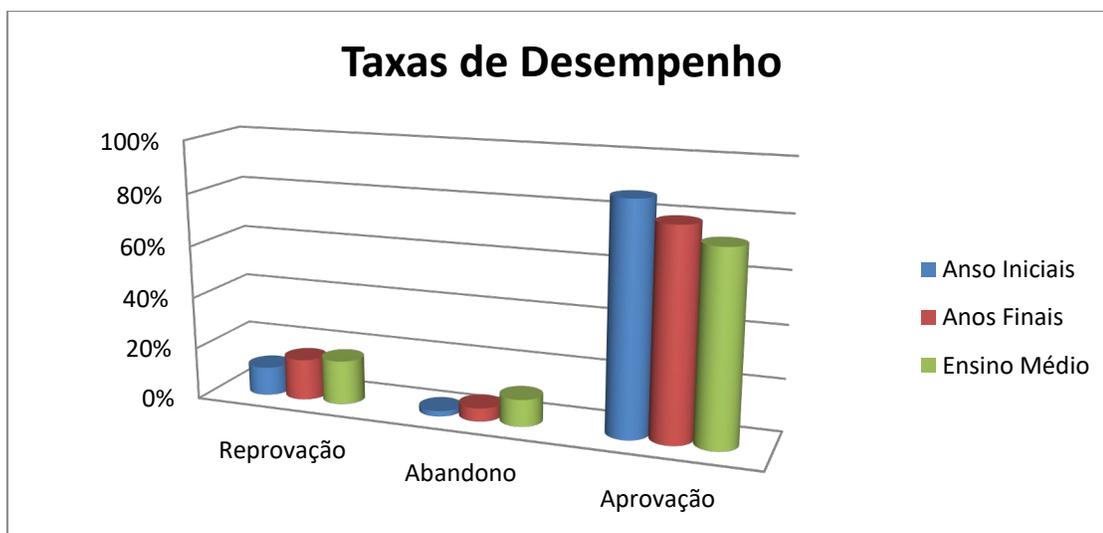


Gráfico 4: dados de Taxa de Desempenho da educação Básica Amapá. Fonte: INEP/MEC.

Observa-se que as taxas de abandono e reprovação são maiores no Ensino Médio. De acordo com os indicadores do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais quando os dados de abandono escolar ficam acima de 5% é necessário que sejam definidas estratégias para conter o avanço da evasão escolar. Quando à taxa de reprovação for superior a 15% é um alerta para que os sistemas de ensino invistam em intervenções para qualificar as práticas pedagógicas nas escolas.

3. DADOS SOBRE VIOLÊNCIA ESCOLAR NO AMAPÁ

Ao que se refere a dados sobre violência na escola as avaliações de larga escala no Brasil buscam identificar quais as principais situações envolvendo alunos, gestores e professores e, principalmente, mensurar as repercussões na aprendizagem de tais situações. Quando é aplicada a Prova Brasil professores e diretores de escola respondem a um questionário que buscam traçar o perfil profissional, as condições de trabalho e, entre elas as situações de conflitos e violências na escola. As dimensões questionadas são de: clima escolar, relação professor –aluno, ameaça, ocorrências e, interferências na aprendizagem. Tendo presente estas dimensões as escolas que compõem a Rede Estadual de Ensino obtiveram os seguintes resultados no ano de 2017:

Quanto ao clima escolar foi questionado se os professores e alunos desenvolvem uma boa relação no ambiente escolar

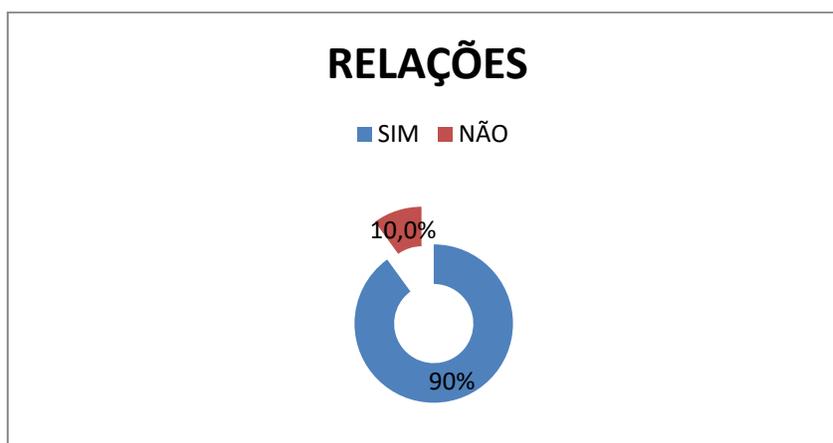


Gráfico 05: de 1.521 professores entrevistados 90% relataram desenvolver boa relação com os alunos e 10% responderam que esta relação é comprometida por conflitos no ambiente escolar.

O clima escolar é influenciado por inúmeras variáveis entre elas: a liderança do diretor, formação dos professores, engajamento dos profissionais, contexto social da escola, normas disciplinares, assim como aspectos da infraestrutura. Observa-se que quanto a esta questão os professores percebem que a relação estabelecida com seus alunos é boa e propicia um clima favorável a aprendizagem. Porém, quando os mesmos professores são questionados sobre as situações que interferem na aprendizagem os dados apresentados distanciam-se um pouco da percepção sobre o relacionamento entre pares.

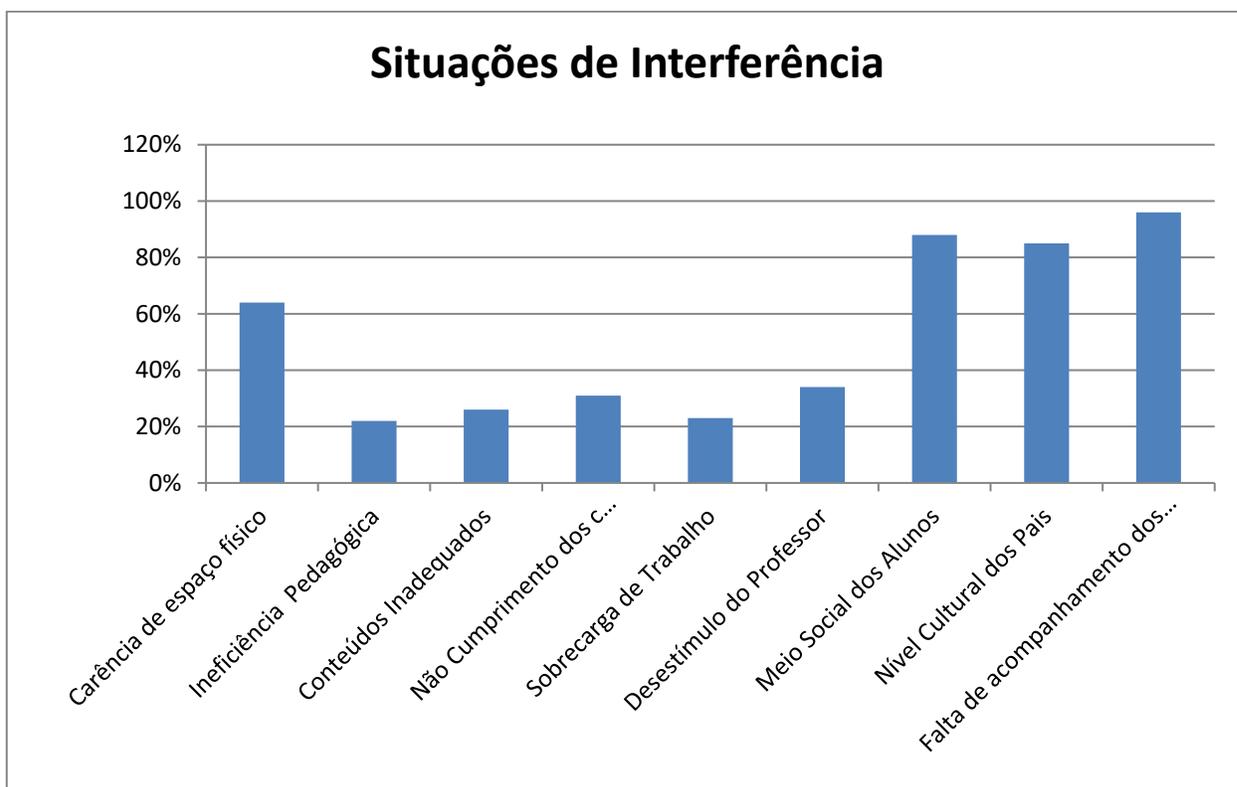


Gráfico 06: 64% dos professores consideram que a inadequação do espaço físico interfere na aprendizagem; 22% que a ineficiência pedagógica dos professores em resolver conflitos; 26% dos professores apostam na inadequação dos conteúdos; 315 quando os conteúdos programados não são cumpridos; 23% devido à sobrecarga de trabalho; 34% devido a desestímulo do professor; 88% devido ao meio social dos alunos; 85% devido ao nível cultural dos pais que conseqüentemente leva ao dado de que 96% dos professores acreditam que a maior interferência é o não acompanhamento dos pais na vida escolar de seus filhos.

Quanto às ações dos alunos que interferem na aprendizagem dos 1.521 professores entrevistados consideraram que a indisciplina corresponde a 75%; falta dos alunos a 58%, uso de bebidas alcoólicas a 6%; drogas ilícitas a 11%; agressão verbal ou física de alunos a professores de 50%; agressão entre alunos a 77%; porte de arma branca (instrumentos cortantes ou perfurantes) 11% e porte de arma de fogo (revolver) 1%. Situações estas que corroboram que o ambiente de conflito na escola gerado por situações de violência por parte dos alunos interferem diretamente na aprendizagem. Gráficamente estas dados se apresentam da seguinte forma:

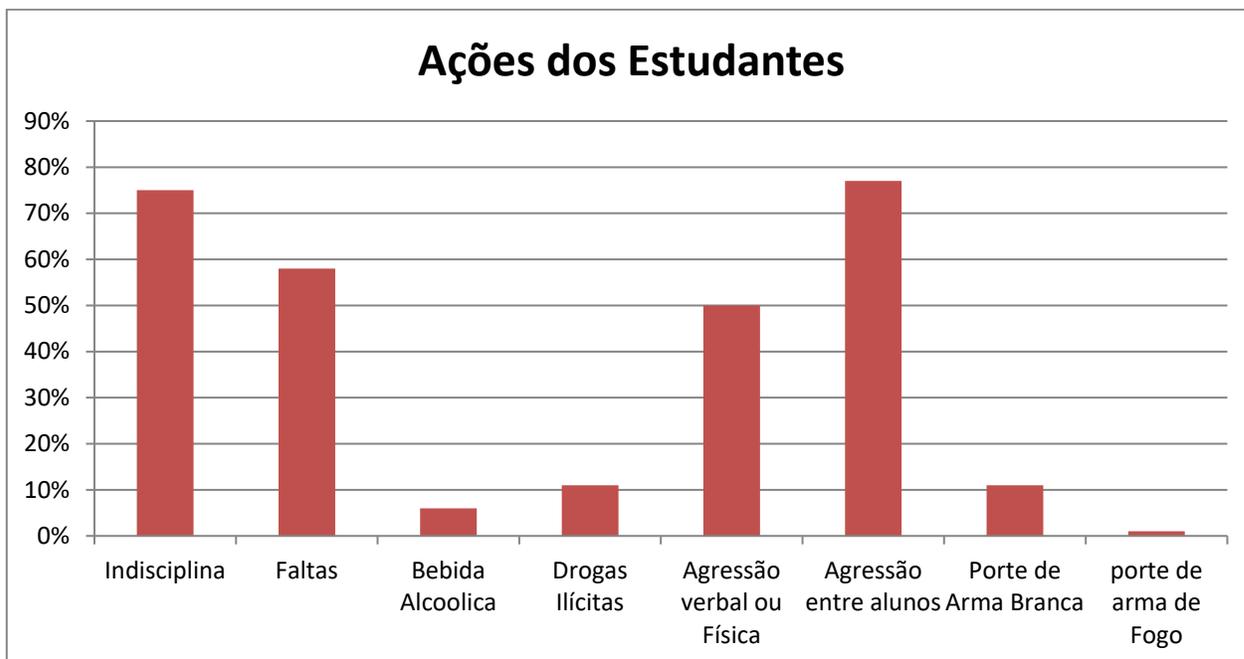


Gráfico 07: Situações de conflito no ambiente escolar. Fonte: INEP/MEC

Quando perguntados se foram vítimas diretas de alguma ação de violência no ambiente da escola os professores relataram os seguintes episódios:

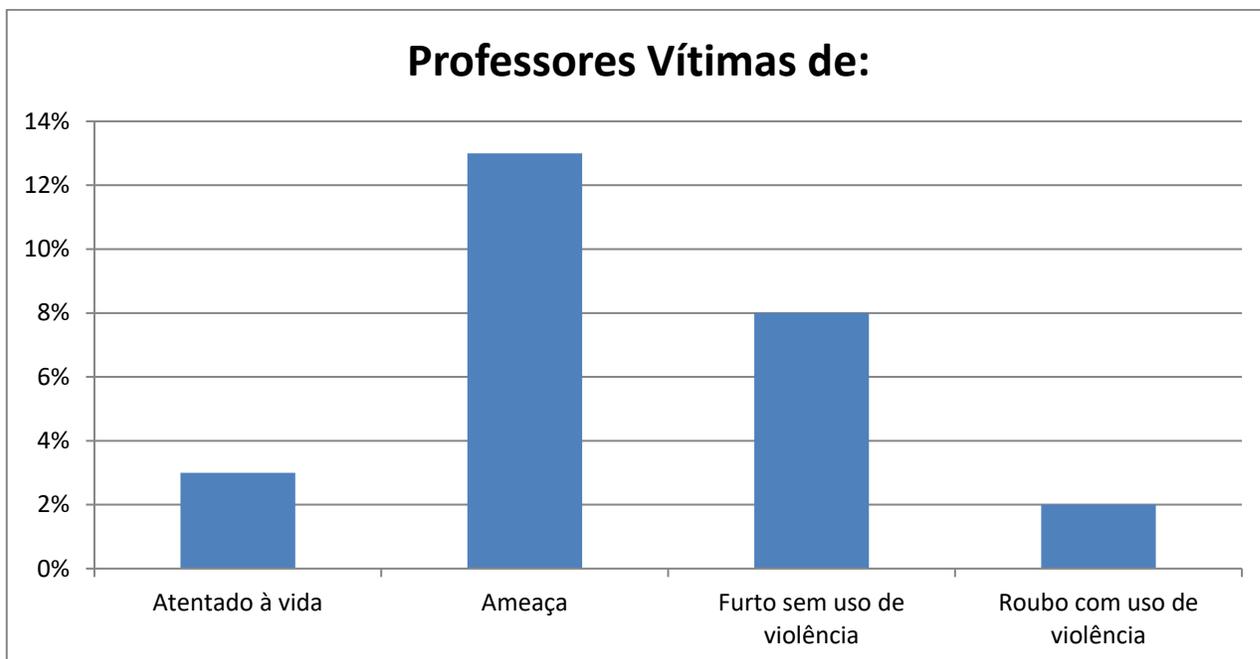


Gráfico 08: Situações de ameaças diretas a professores no ambiente escolar. Fonte: INEP/MEC

Chama atenção nestes dados a grande porcentagem de professores que as ações de ameaças, atentado á vida, furtos e roubos. Do ponto de vista numérico parece ser

pequeno, mas em se tratando de ações no ambiente da escola são de extrema gravidade uma vez que a função social da escola é justamente criar ambientes sociais de respeito mútuo e responsabilidade pelas pessoas, pelo patrimônio e pela vida.

Estes dados são reforçados pelo Boletim Estatístico 023/2017 da Polícia Militar do Amapá em que apresentam o quantitativo de notificações de ocorrências de crime contra o patrimônio, roubo, furtos nas escolas da Rede Estadual de Ensino que tiveram interferência do Policiamento Escolar nos municípios de Macapá e Santana no período de janeiro a junho do ano de 2017. As principais ocorrências atendidas no período foram:

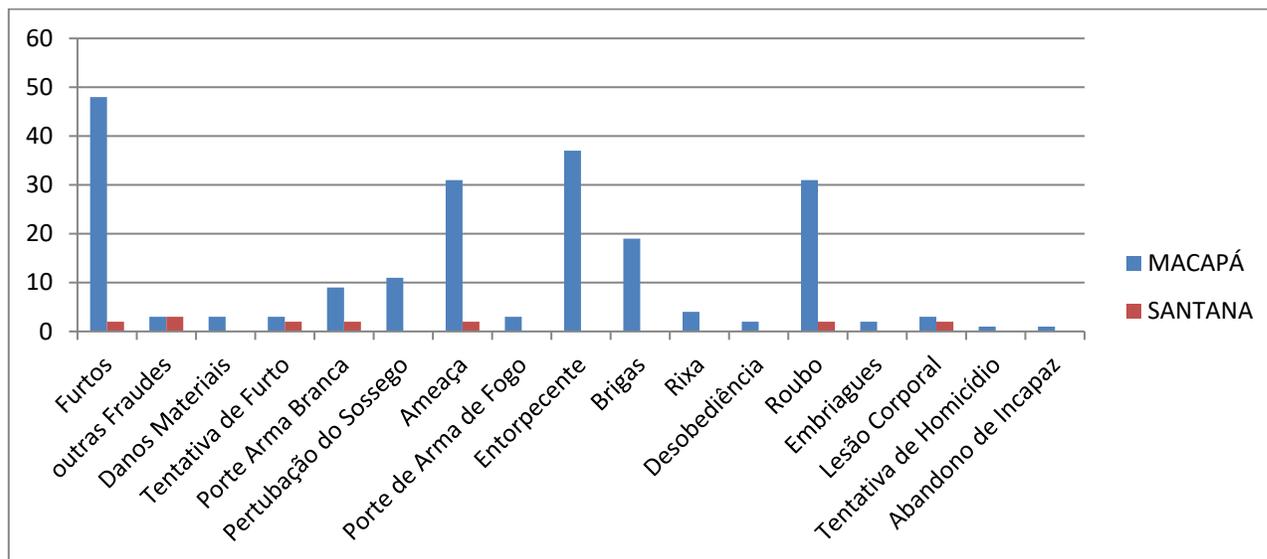


Gráfico 09: Ocorrências de Situações de Violência nas escolas amapaenses. Fonte: Boletim Estatístico Nº 023/2017 DE/DOP/PMAP.

O maior número e maior diversidade das ocorrências aconteceram na capital amapaense. Práticas de furtos, ameaças, uso de entorpecentes, brigas e roubos são as que mais se destacam. Para além de registro das ocorrências o Batalhão de Policiamento Escolar desenvolve ações preventivas e repressivas nas escolas onde existe maior incidência de tais atos. Durante o ano de 2017 foram realizadas as seguintes ações por parte da Polícia Militar do Amapá em escolas dos dois municípios supracitados. As ações preventivas e de resolução de conflitos no período foram:

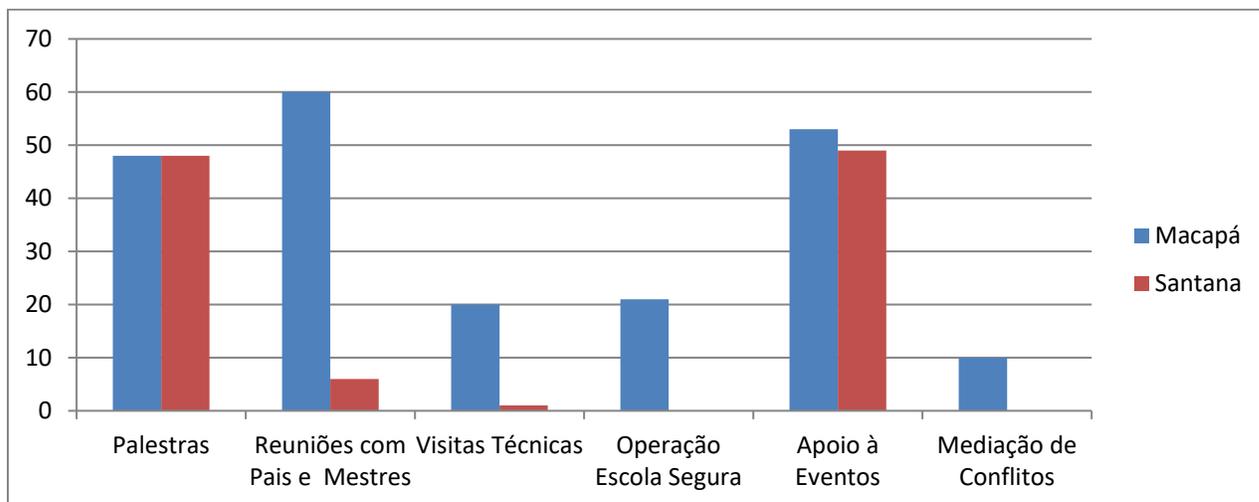


Gráfico 10: Ações Preventivas realizadas nas escolas por parte da Polícia Militar do Amapá. Fonte: Fonte: Boletim Estatístico N° 023/2017 DE/DOP/PMAP.

As principais ações de repressão às ocorrências de situações de infração e violência na escolas por parte da Polícia Militar durante o primeiro semestre de 2017 nos municípios de Macapá e Santana foram:

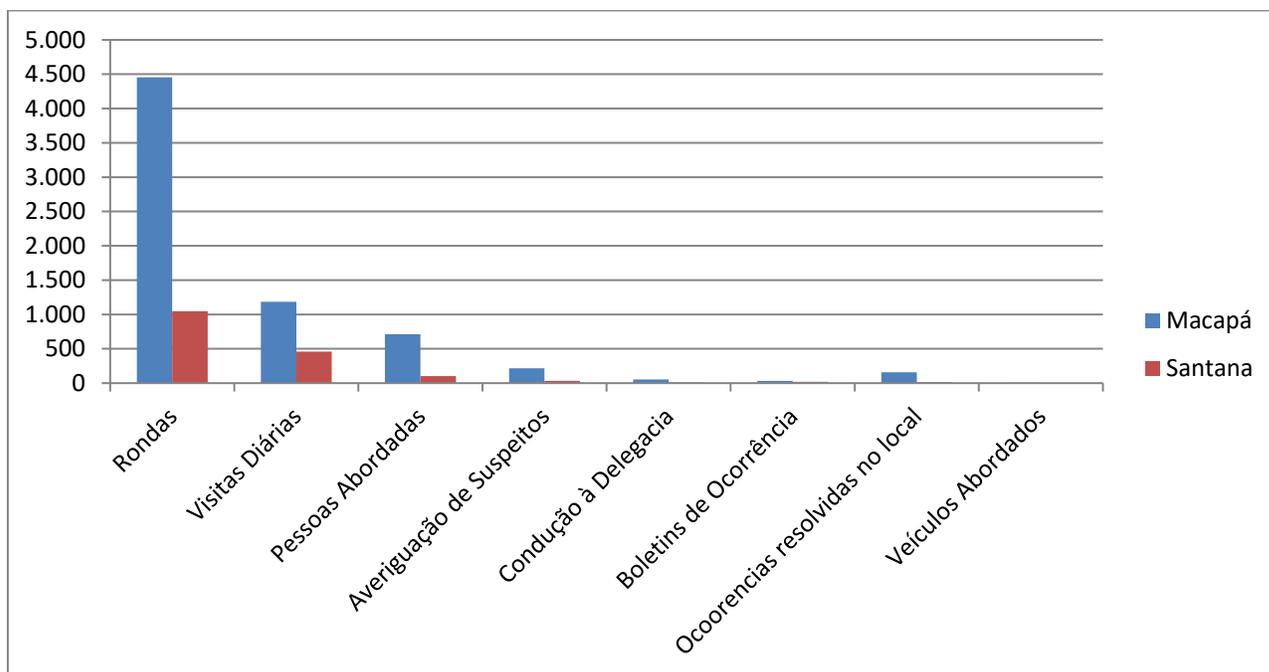


Gráfico 11: Abordagens repressivas por parte da Polícia Militar. Fonte: Fonte: Boletim Estatístico N° 023/2017 DE/DOP/PMAP.

Observa-se que tanto os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais – INEP do Ministério da Educação quanto os demonstrados pelo Boletim Estatístico da Polícia Militar do Amapá revelam que as situações de violência atingem a escola e, podem comprometer as práticas pedagógicas. Para enfrentamento do fenômeno da violência na escola é necessário um conjunto articulado de ações estratégicas políticas, administrativas e pedagógicas que visem empoderar os atores educativos para desenvolvimento de ações que privilegiem o diálogo na resolução de conflitos restaurando a coesão social na escola. Tendo em vistas estas exigências éticas é que a Secretaria de Estado da educação do Amapá/Brasil criou e desenvolve o Programa Educação para a Paz em seu Sistema Estadual de Ensino. Neste sentido o Programa Educação para a Paz como estratégia preventiva constitui-se, também, como uma ferramenta pedagógica administrativa de cuidado das pessoas e, principalmente de governança escolar.

O termo governança escolar, em sua acepção americana, implica uma necessidade de cooperação entre os setores público, privado e associativo, sendo que os dois últimos tipos detêm os recursos essenciais para a efetivação das decisões. A governança escolar, portanto, deve ser entendida como a capacidade decisória produzida por um conjunto de protagonistas públicos e privados, na tentativa de atingir objetivos coletivos ou desejos e expectativas individuais, num universo fragmentado, complexo e incerto (BODY-GENDRO, 2002, p. 171-172).

Já em seus princípios o Programa Educação para a Paz reafirma promoção da vida e da cultura de paz, a solidariedade e a não discriminação. Para tanto, aposta no diálogo e na comunicação não violenta para criar nas escolas ambientes onde sejam respeitadas a dignidade humana, a valorização da participação social e política. Ao buscar reduzir a marginalidade e as desigualdades sociais objetiva construir uma sociedade mais livre, justa e solidária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Educação para a Paz da Secretaria de Estado da Educação do Amapá constitui-se como uma estratégia governamental para enfrentamento da violência no ambiente escolar. Como política de Estado o Programa é regido pela Lei Estadual 2.282 de 29 de dezembro de 2017. Dados de avaliações de larga escala, assim como de verificação de situações in loco por parte da SEED e pelo Batalhão de Policiamento Escolar da Polícia Militar do Amapá foram determinantes para elaboração do Programa. Busca-se não só o enfrentamento de forma disciplinar, mas principalmente. Trabalhar preventivamente potencializado os atores educativos a construir formas restaurativas de resolução de conflitos e, construção de uma sociedade justa, igualitária e solidária.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; AVANCINI, M. F. **A violência e a escola: o caso Brasil**. Brasília: UNESCO, 2003.

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. das G. (coord.). **Violências nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ABRAMOVAY, M. (coord.). **Escolas de paz**. Brasília: UNESCO e Governo do Estado do Rio de Janeiro / Secretaria de Estado de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

BODY-GENDROT, Sophie. Violência Escolar: Um Olhar Comparativo sobre Políticas de Governança apud DERBARBIEUX, Eric; BLAYA, Catherine. **Violência nas Escolas e Políticas Públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

CHARLOT, B. A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologia**, ano 4, n.8, p.432-443, jul/dez.2002.

CHARLOT, B.; ÉMIN, J-C (coord.). **Violences à l'école- état des savoirs**. Paris: Masson & Armand Colin Éditeurs, 1997.

RESENHA BIBLIOGRÁFICA

Terezinha de Jesus Monteiro Ferreira é administradora de empresas e especialista em auditoria na administração pública. Também é analista financeira e diretora de Recursos Humanos, com 33 anos de experiência profissional na rede pública e privada no Estado do Amapá. Recebeu título de reconhecimento por assessoramento de Gabinete e a pesquisa, do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnologias do Estado do Amapá. E-mail: terezamacapa@gmail.com

RESUMO

O fenômeno da violência na escola tem sido recorrente e progressivo nas instituições escolares brasileiras. Diversos estudos têm apontado que as causas da violência no ambiente escolar são múltiplas. Várias são as manifestações de violência: bullying, intimidação, agressões físicas e verbais. Estas podem ser dirigidas entre alunos, assim como entre professores e alunos. Para enfrentar tal problema a Secretaria de Educação do Estado do Amapá criou o Projeto Educação para a Paz. Criado pela Lei nº 2.282/2017 é uma estratégia do Governo do Estado do Amapá, na perspectiva de construir uma rede articulada de parceiros, para disseminar a cultura de paz nas

Escolas do Estado, com o objetivo de educar, para prevenir a violência e contribuir para melhorar os indicadores educacionais. O programa busca desenvolver competências socioemocionais. Competências estas compreendidas como atitudes e habilidades necessárias para enfrentamento dos desafios contemporâneos. O Programa conta com uma ferramenta de gestão que é o Sistema EDUCAPAZ, desenvolvido pela SEED, para registro das situações de violência na escola, contribuindo no monitoramento e avaliação dos resultados do Programa e conseqüentemente, melhorar os resultados da Educação. Busca-se, assim, como resultado: incentivar práticas e posturas mais humanizadas como respeito, a tolerância, o diálogo, a ética, o reconhecimento das pluralidades e diversidades nos espaços onde a educação se realiza; promovendo a vida, a cultura da paz, a solidariedade e a não discriminação.

PALAVRAS-CHAVE: EDUCAÇÃO, VIOLÊNCIA NA ESCOLA, PAZ, PRÁTICA RESTAURATIVA.